



MEIO AMBIENTE E CONFLITO TERRITORIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DE IMPACTO DA ENERGIA EÓLICA.

Alice Nataraja Garcia Santos

RESUMO

Este artigo visa apresentar uma proposta de abordagem teórico metodológica de conflitos ambientais decorrentes de impactos de parques eólicos em comunidades tradicionais, que possa ser adaptada e aplicada em diferentes contextos. Desde 2002 o investimento do governo na expansão da energia eólica com financiamento do BNDES é crescente, visando diversificar a matriz energética e promover o desenvolvimento sustentável (Brasil 2014, Costa 2006, Lage 2001). No entanto uma série de críticas de associações de moradores, movimentos sociais, defensores públicos, advogados populares, ministério público e acadêmicos vêm apontando para graves impactos socioambientais, desrespeito ao território de comunidades tradicionais e conflitos sociais. Propomos uma base teórica a partir do diálogo entre as abordagens da Justiça Ambiental, da Ecologia Política e da Governamentalidade, bem como procedimentos metodológicos centrados em levantamento bibliográfico, entrevistas narrativas e procedimentos de observação participativa. O objeto da pesquisa é a relação entre: distribuição desigual de perdas e ganhos decorrentes dos parques eólicos tanto espacialmente como entre grupos sociais e etnoculturais, de um lado, e distribuição desigual de poder e visibilidade entre grupos de interesse, do outro.

Palavras-chave: Território; Justiça Ambiental; Energia Eólica, Governamentalidade.

ABSTRACT

WIND ENRGY AND TERRIORIAL STRUGLE IN BRASIL – A CASE STUDY ON THE GOVERNMENTALITY OF THE ENVIROMENT.

This paper offers a theoretical framework and methodological procedures for analyzing environmental conflicts concerning the impacts of largescale wind energy projects in rural areas in Brazil. Is presents some main results of a PhD research centered on a case study community, called Cumbe, in Aracati, Ceará, Brasil, that may be adapted and applied to other areas. The main motivation for undertaking this research was to observe a contradiction concerning the model under which the wind power is being implemented in Brazil. On the one hand,

investments are growing and the percentage of renewable energy sources on the country's energy mix is growing. On the other hand, this model has been criticized when it concerns the northeast of Brazil – the area where the most investments are concentrated. In this area affected communities, academics, public prosecutors, etc. have highlighted: a disregard for environmental laws; the transfer of negative impacts to inhabitants without appropriate compensations etc. Based on the theoretical approaches of political ecology, environmental justice, and the governmentality of the environment I try to analyze the relationship between unequal power relations and the unequal distribution of costs and benefits of wind farms on the northeast coast of Brazil - focusing on the concept of territory.

Keywords: Territory, Governmentality, Environmental Justice, Energy.

MEDIO AMBIENTE Y CONFLICTO TERRITORIAL: UNA PROPUESTA METODOLÓGICA PARA EL ANÁLISIS DE IMPACTO DE LA ENERGÍA EÓLICA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una propuesta de abordaje teórico metodológico de los conflictos ambientales derivados de los impactos de los parques eólicos en las comunidades tradicionales, que puede ser adaptado y aplicado en diferentes contextos. Desde 2002, la inversión del gobierno en la expansión de la energía eólica con financiamiento del BNDES ha ido creciendo, con el objetivo de diversificar la matriz energética y promover el desarrollo sostenible (Brasil 2014, Costa 2006, Lage 2001). Sin embargo, una serie de críticas de asociaciones de vecinos, movimientos sociales, defensores públicos, abogados populares, fiscales y académicos han apuntado a graves impactos sociales y ambientales, la falta de respeto al territorio de las comunidades tradicionales y los conflictos sociales. Proponemos una base teórica a partir del diálogo entre los enfoques de Justicia Ambiental, Ecología Política y Gubernamentalidad, así como procedimientos metodológicos centrados en el relevamiento bibliográfico, entrevistas narrativas y procedimientos de observación participativa. El objeto de la investigación es la relación entre: distribución desigual de ganancias y pérdidas derivadas de los parques eólicos tanto espacialmente como entre grupos sociales y etnoculturales, por un lado, y distribución desigual de poder y visibilidad entre grupos de interés, por otro.

Palabras llave: Territorio; La justicia ambiental; Energía eólica; Gobernabilidad.

INTRODUÇÃO

O primeiro ponto a ser destacado é que o artigo discute a relação entre a distribuição espacialmente e socialmente desigual de perdas e ganhos socioambientais decorrentes de parques eólicos, por um lado, e a distribuição desigual de poder entre grupos e territórios em questão, do outro. Desde 2002 o investimento do governo na expansão da energia eólica com financiamento do BNDES é crescente, visando diversificar a matriz energética e promover o desenvolvimento sustentável (Brasil 2014,

Costa 2006, Lage 2001). No Brasil, diferentemente de outros países com elevada potência eólica instalada como a Alemanha, a não realização de uma reforma agrária fragiliza fortemente o poder de comunidades tradicionais de garantir o uso coletivo da terra e seus padrões de sociabilidade e reprodução econômica frente a interesses de grandes investidores. Diante desse cenário, caberia ao Estado garantir um planejamento e fiscalização em sintonia com a sustentabilidade socioambiental.

Na falha ou omissão do Estado, ativistas nas comunidades afetadas são alvo de violência e comunidades são manipuladas e divididas pelo discurso da falsa dicotomia entre a defesa do emprego e a defesa do meio ambiente, como percebemos através do estudo de caso realizado no Ceará (Fórum Nacional Eólico 2009, Ideas 2013, Entrevista com Francisco Eliton Albuquerque Meneses, Defensor Público de Aracati, 07.11.2013; Entrevista com Rodrigo de Medeiros Silva, RENAP/Brazil/ CE, 12/09/2013; Entrevista com Julianna Malerba, FASE/Brazil/RJ 28.10.2013).

Sendo essa a nossa discussão, o objetivo central do artigo é apresentar uma proposta metodológica de análise de conflito territorial decorrente da instalação de parques eólicos que possa ser adaptada e aplicada em diferentes contextos. Trata-se de parte de uma pesquisa de doutorado (financiada pelo CNPq de 2012 a 2015) e há duas razões que justificam a relevância do debate: 1) A contradição entre o discurso de promoção do desenvolvimento sustentável que governo, organizações multilaterais e empresas vinculam a parques eólicos, de um lado (Costa 2006, CRESEB 2001, Lage 2001, Milanez2009, Moll 2000), e a denúncia de diversos movimentos sociais, grupos de pesquisa acadêmica, representantes do ministério público e da defensoria pública e ONGs, de graves impactos socioambientais, conflitos sociais e transferência de externalidades a comunidades tradicionais, por outro lado (Alcântara 2009; Brown 2011; Comissão Pastoral da Terra 2014; Francisco 2012; Lima 2009; Meireles 2011; Pachioni 2013; Portal do Mar 2012; Rede Brasileira de Justiça Ambiental 2014); 2) O volume de investimentos financiados pelos cofres públicos é crescente bem como é acelerada a expansão dos parques em territórios de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, sobretudo no Nordeste (Brasil 2014, Silveira 2019).

A definição de “desenvolvimento sustentável” não é consensual, mas compreendemos aqui que uma abordagem geográfica desse conceito deve ser multiescalar e multidimensional (Arnauld De Sartre & Berdoulay 2011; Rauch 2009). Isto significa, por exemplo, que ainda que globalmente a expansão do setor eólico esteja reduzindo emissões de gás carbônico derivados de energias fósseis e esteja nacionalmente promovendo uma cadeia produtiva vinculada ao setor eólico que se torna cada vez mais competitivo; a escala local e a dimensão social e ecológica que apontam as falhas nos projetos eólicos não pode ser ignorada por políticas públicas que almejam o desenvolvimento sustentável. Tais falhas incluem: fechamento de vias de pescadores ao mar inviabilizando seu meio de vida, compactação do solo reduzindo o abastecimento do lençol freático, fixação de dunas móveis e retirada de vegetação de dunas fixas promovendo o avanço do nível do mar e avanço das dunas na comunidade, destruição de mata ciliar afetando a pesca nos mangues, proibição de áreas de lazer de uso coletivo, rachaduras estruturais em casas sem correta indenização etc.

A ONU declara que o Desenvolvimento Sustentável deve incluir: a) redução da desigualdade econômica; b) participação de grupos afetados em processos decisórios; c) promoção de preservação ambiental; d) respeito ao meio de vida de comunidades afetadas e geração de desenvolvimento econômico (United Nations 1992). A pesquisa que trazemos parte da constatação de que o termo vem sendo apropriado de modo vago e impreciso por agências governamentais, empresas etc.; implicando na necessidade de adoção de abordagens teóricas críticas relativas ao Meio Ambiente. É nesse sentido que nossa base teórica constitui-se a partir de um diálogo entre os campos da Justiça Ambiental, Ecologia Política e Governamentalidade do Meio Ambiente.

Centrado nos conceitos de território e escala, o artigo visa assim contribuir com uma abordagem teórico-metodológica de estudos em Geografia sobre impactos e conflitos gerados por projetos de energia eólica. O objetivo principal da nossa pesquisa é o de, com base no conceito de território e na abordagem teórica da Governamentalidade do meio ambiente, compreender as principais causas do atual quadro de injustiça ambiental no litoral da costa do Nordeste do país – baseando-se em

um estudo de caso. O corpo do artigo divide-se em duas partes: apresentação da base teórica metodológica e procedimentos metodológicos e breve discussão de alguns resultados mais importantes, encontrados.

BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA

Recorte espacial e temporal

A comunidade em estudo chama-se Cumbe, localizada no município de Aracati, litoral do Ceará, Brasil, como vemos na imagem abaixo.

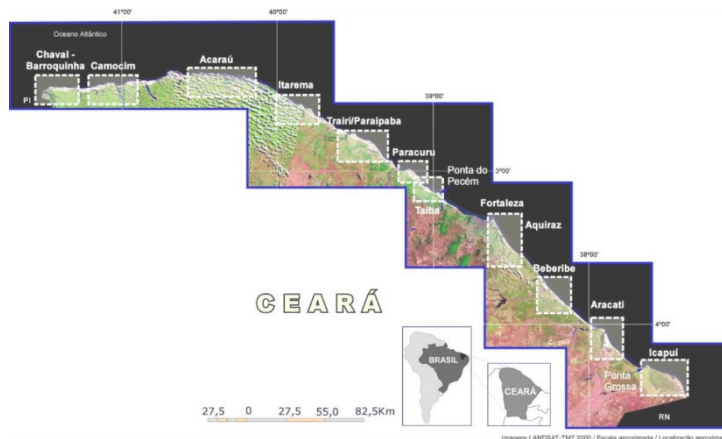


Figura 1 - Localização do estudo de caso. Aracati, Ceará, Brasil. Fonte: Meirelles, 2011.

A pesquisa optou por um estudo de caso no Ceará que ganhou notoriedade na mídia e no discurso de agentes governamentais e fóruns relevantes do setor eólico, devido a conflitos que culminaram em protestos, paralização de obras e prejuízos consideráveis. O conflito envolveu atores de diferentes esferas e setores do governo, entre eles, o Ministério Público, IBAMA, IPHAN, Programa de proteção de defensores dos direitos humanos e Secretarias de meio ambiente municipal e estadual. Os prejuízos afetaram moradores locais e a própria empresa devido a um conjunto de falhas no planejamento e aos dias de paralização das obras. Na imagem abaixo vemos a

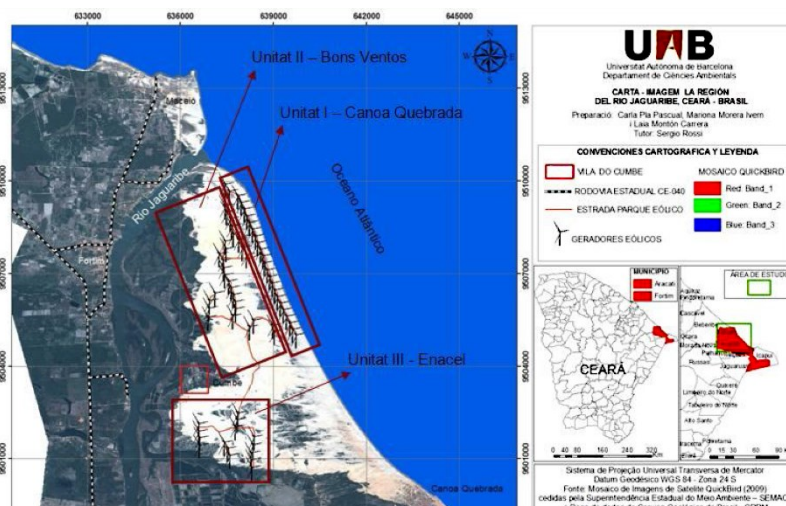


Figura 2 - Localização aproximada das dunas. Fonte: Carrera e al. 2012.

localização aproximada das turbinas em área de dunas e lagoas, próximas ao rio, cujo acesso depende da passagem pela comunidade localizada na beira das dunas.

Alguns fatores traziam complexidade ao cenário. Tratava-se de um dos parques eólicos de maior potência instalada funcionando do país recebendo investimentos do BNDES, no Estado de maior potência instalada, em uma comunidade que reivindicava a titulação de comunidade quilombola (posteriormente recebida), com uma comunidade de pescadores e marisqueiras já prejudicada pela carcinicultura. Além disso, é uma área contendo um importante sítio arqueológico que estava em fase de exploração (prejudicada pelas obras), em uma comunidade com carência de acesso a direitos básicos como asfaltamento ou posto de saúde (lacunas usadas como estratégia de “barganha” da empresa em forma de promessas para conquistar aceitação da comunidade), localizada no litoral, em ecossistemas considerados relevantes na contenção da mudança climática. O quadronos levou à criação de ferramentas de interpretação e procedimentos metodológicos que serão aqui apresentados; e que acreditamos que possam ser adaptados e aplicados em contextos variados de conflito territorial.

A pesquisa visava inicialmente comparar o modelo bem-sucedido e descentralizado de produção de energia eólica alemão e o modelo centralizado brasileiro, visando identificar boas práticas e propor soluções aos problemas e conflitos aqui encontrados. No entanto, dois elementos chave distanciavam os dois contextos dificultando a comparação: a desigualdade de poder entre comunidades afetadas e atores hegemônicos, no Brasil e na Alemanha. No Brasil a capacidade das comunidades afetadas de influenciar no desenho das políticas do setor, como ocorre na Alemanha e de evitar possíveis conflitos é muito inferior. O outro elemento foi o fato de o Brasil historicamente ter optado pela não realização da Reforma Agrária, o que deixa comunidades tradicionais e seu uso coletivo do território altamente vulneráveis à expropriação, em disputas pela exploração dos recursos localizados dentro ou no entorno de seus territórios (Bruno 1995, Cruz 2013, Delgado 2005, Fernandes 2013, Gadelha1989, Girardi 2008, Glass 2011, Porto-Gonçalves&Cuin2014, Holston,

Pires&Ramos, 2009, Pitta & Mendonça 2014, Quilombo do Cumbe 2009, Quintans 2008, Stédile 2005, Vezzali 2006, Wright, 2012).

Ainda que estejamos cientes de que o estudo de caso não é diretamente transponível a outros contextos, a abordagem teórico-metodológica aqui apresentada pode ser adaptada a outras pesquisas, contribuindo para a compreensão dos conflitos em parques eólicos que atualmente se multiplicam em outras comunidades do Brasil (Baxter 2010).

Já o recorte temporal da análise do estudo de caso é de 2008 quando tem início o conflito estudado, até o fim da pesquisa em 2015. Porém, como relações de poder são parte de um processo histórico multidimensional e multiescalar (Dubash 2006; Agrawal 2006; Rutherford 2007), utilizamos outros recortes temporais pertinentes à análise da regulação ambiental, da regulação do setor energético e da regulação de terras no Brasil. Podemos agora mover para a definição de questões central e secundárias.

Questões e Objetivos

Nos interessava saber: por que as políticas públicas de promoção da energia eólica na costa do nordeste, e na comunidade do Cumbe em particular, estão sendo falhas na promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça ambiental? Nossas questões secundárias eram: 1) Quão relevante é o conceito de território para a compreensão dos conflitos acerca de parques eólicos na compreensão dos conflitos relativos a parques eólicos na costa do nordeste do Brasil? 2) Quem são os principais grupos de interesse envolvidos no conflito relativo ao parque eólico da comunidade do Cumbe? 3) Quais são as principais estratégias adotadas por cada grupo de interesse, e como estas contribuíram para injustiças ambientais e como revelam relações de poder desiguais?

Nosso objetivo central é o de, com foco no conceito de território e na abordagem teórica da Governamentalidade do meio ambiente, compreender as causas do quadro de injustiça ambiental no litoral do nordeste brasileiro – baseando-se em um estudo de caso.

Nossos objetivos secundários são: 1) questionar o discurso (difundido sobretudo

por agências governamentais internacional, nacionais, regionais e locais), grande mídia, empresas privadas do setor, e organizações multilaterais, que relaciona energia eólica ao desenvolvimento sustentável baseando-se em uma visão acrítica; 2) Analisar relações de poder e definir principais grupos de interesse e estratégias de poder que influenciam a disputa territorial do estudo de caso. Deste último, desdobram-se os seguintes objetivos:

2.i. analisar o poder de cada grupo de interesse de influenciar nas fases de um parque eólico (desde a regulação, planejamento, financiamento, licenciamento ambiental prévio, licenciamento ambiental, fiscalização ambiental durante a construção e a operação), através das seguintes estratégias de poder: a) Produção de regras e instituições formais e informais; b) produção de conhecimento e discursos; c) produção de valores subjetivos.

2. ii. analisar as estratégias de poder acima mencionadas de acordo com uma análise multiescalar de objetivos e efeitos; c) analisar a contribuição das estratégias aqui mencionadas para as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, política, sociocultural e ambiental);

2.iii. Propor mudanças necessárias nas políticas de energia eólica visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar tais objetivos, realizou-se: Levantamento bibliográfico sobre as abordagens teóricas da “ecologia política”, da “modernização ecológica”, da Governamentalidade da natureza” e da “justiça ambiental”; da questão agrária no Brasil segundo uma perspectiva histórica; da “territorialização” das lutas sociais no Brasil e sobre o campo interdisciplinar da “cartografia social”. Levantamento bibliográfico e de dados secundários em relatórios estatísticos e na mídia, referentes a políticas energéticas e políticas eólicas em especial; globais, brasileiras, do Ceará e de Aracati. Ainda, um foco especial foi dado ao modelo descentralizado de produção de energia elétrica, como contraponto.

Além disso, realizamos um estudo de campo preliminar em 2011 com

entrevistas (ativista da comunidade e protegido pelo Programa de Defensores dos Direitos Humanos do Governo Federal), um engenheiro do Centro de Energias Renováveis da Eletrobrás, um especialista do BNDES do setor de financiamento de projetos nas novas energias renováveis); e o Estudo de campo de Setembro a Novembro de 2013, com entrevistas, observação em campo, registro de anotações e fotográfico, entrevistas semiestruturadas e entrevistas narrativas; hospedagem na casa de uma família da comunidade.

Abordagens Metodológicas

O presente trabalho baseia-se em uma abordagem construtivista das ciências sociais, que em vez de visar explicar fenômenos revelando verdades, almeja interpretações possíveis de fenômenos sociais (Guba&Lincon 1994; Willis 2007). Essa interpretação irá construir o objeto de pesquisa e é: a) inserida no contexto histórico e sociocultural experienciado pelo pesquisador; b) guiada por uma linha de tradição do pensamento e prática científicos, implicando na escolha de abordagens teóricas, procedimentos metodológicos, e conceitos historicamente desenvolvidos do seio de um ou mais campos da pesquisa acadêmica (Guba&Lincon 1994; Willis2007).

O trabalho foi sobretudo inspirado por reflexões de Bourdieu (Bourdieu 1972; Bourdieu 1980) referentes à prática científica e à relação entre pesquisador e o objeto de pesquisa. Seu argumento central é de que o pesquisador deveria estar ciente de sua prática e dos procedimentos que adota, para construir seu objeto de pesquisa. Nesse sentido, ele critica três importantes modos de construção do conhecimento nas ciências sociais.

O primeiro é o conhecimento fenomenológico, que assume uma relação participante entre pesquisador e pesquisado, bem como uma familiaridade com o meio estudado. Baseado na “experiência vivida” o pesquisador irá reportar casos particulares que não são redutíveis à generalização de teorias. A crítica aqui é a de que o pesquisador não reflete sobre sua própria prática e seu próprio ponto de vista (Bourdieu 1980; Thiry-Cherques 2006). O segundo criticismo é direcionado ao conhecimento objetivista que assume, em vez de familiaridade, completo distanciamento e

exterioridade na relação entre pesquisador e pesquisado. De acordo com essa perspectiva, o mundo social é regido por um sistema objetivo de relações (econômicas, linguísticas etc.) independente de consciências e desejos individuais.

Ainda segundo esta vertente, o dever do pesquisador seria revelar as relações objetivas que estão determinando práticas de indivíduos (Bourdieu 1980). Nesse caso, o pesquisador importa para o objeto de pesquisa os princípios da sua relação com o objeto. A perspectiva do sujeito que interpreta o entrevistado é privilegiada em relação à perspectiva do sujeito que fala (Bourdieu 1980). Nesse sentido um etnógrafo interpretaria todas as interações sociais observadas como trocas simbólicas. Outro exemplo dado por Bourdieu é de arquitetos construindo espaços que consideram uma racionalidade objetiva que não se encaixa nas práticas de cidadãos para quem foram construídas.

A terceira crítica de Bourdieu é direcionada ao “conhecimento praxiológico” que apesar refletir sobre a prática científica ainda está em busca de estruturas objetivas do mundo social (Bourdieu 1980). No lugar das abordagens acima apontadas, ele propõe uma análise de “casos concretos teoricamente construídos”. O autor entende que a elaboração teórica é um “programa de percepção e ação”. O pesquisador seleciona conceitos e métodos, o que significa que ele assume uma posição entre muitos posicionamentos teórico metodológicos possíveis, entre as ciências sociais e entre as linhas de uma disciplina acadêmica em particular.

Tais conceitos precisam ser aplicados diante das práticas sociais sendo estudadas e então reavaliados, para que sua pertinência seja testada. Baseada nesse princípio, para planejar e posteriormente analisar minhas entrevistas, fui guiada pelo trabalho de Demaziere & Dubar (2009), cujas posições são muito próximas das de Bourdieu (1972; 1980) aqui expostas. Estes autores entendem que: 1) o pesquisador irá construir seu objeto de estudo baseado em suas questões; 2) ele deve estar ciente dos métodos por ele adotados; 3) deve permanecer aberto a lógicas apresentadas pelos entrevistados em seus discursos, ainda que seja necessário repensar a escolha prévia de conceitos e reavaliar prévias hipóteses; 4) as particularidades encontradas nos casos empíricos devem ser

compreendidas em seus contextos simbólicos históricos e atuais – mas podem ainda assim ser analisadas através de processos de comparação, classificação de unidades, e identificação de traços comuns gerais que nos informam sobre logicas que são socialmente compartilhadas por grupos e contextos mais amplos (Demazière&Dubar 2009).

Os autores afirmam que o pesquisador deve buscar conceitos que correspondam ao meio social estudado, e que essa abertura deve ser mantida durante o trabalho de campo e as entrevistas. Em seguida, o processo de sistematização através do desenho de analogias e de categorias resultantes, permite que generalizações sejam elaboradas. Uma nova confrontação entre dados e análises de um lado, e do outro, fontes de dados macro e teorizações mais amplas, é necessária para que se compreenda o que “está em jogo” nas (o cerne das) relações observadas (Demazière&Dubar 2009).

Nesse sentido, este artigo apresenta uma abordagem geográfica da desigual distribuição de benefícios e danos dos parques eólicos (no espaço e entre grupos étnicos e sociais) e os conflitos socioambientais resultantes, através de sua dimensão territorial. Nosso objeto de pesquisa pode ser definido como a relação entre: relações de poder desiguais e a distribuição desigual de custos e benefícios de parques eólicos na costa nordeste do Brasil – com base no conceito de território.

A análise multiescalar e multidimensional

Para a construção do objeto, escolhemos algumas abordagens teóricas e metodológicas que guiaram nossa interpretação. A primeira é a análise multiescalar e multidimensional que o geógrafo Theo Rauch (2009) oferece. Rauch publicou um livro sobre políticas de desenvolvimento no qual ele preocupa-se sobretudo com a criação de estratégias e instrumentos para uma gestão mais efetiva de problemas políticos, sociais e econômicos, especialmente em países periféricos (Rauch 2009).

Ele baseia seus argumentos em sua vasta experiência com programas de cooperação para o desenvolvimento da Alemanha, em como em uma análise teórica dos desafios sociais que tais experiências mostravam (Rauch 2009). Apesar da relação política altamente questionável de tais projetos de “cooperação” do Norte Global com o Sul

Global, a metodologia de RAUCH mostrou-se bastante relevante e adaptável ao nosso problema. Inspirado por Bourdieu, sua abordagem teórica tenta alcançar uma síntese de duas principais correntes da teoria social, sejam elas, o estruturalismo e a teoria da ação social (Rauch 2009).

O autor observa as relações entre a margem de manobra de atores sociais e as condições sociais e econômicas que os nega ou oferece oportunidades. RAUCH compreende tais relações não como sendo determinadas por grandes estruturas como o mercado global, nem pela ação social de movimentos sociais locais ou pela escolha de consumo consciente, mas sim como resultando de circunstâncias históricas e contextuais. Em cada contexto, a estrutura e a escolha dos atores irão influenciar-se mutuamente de modo diferente (Rauch 2009).

Outro aspecto central da abordagem do autor, é que ele acredita que em cada estudo de caso, as dimensões econômica, institucional, social e ecológica devem ser consideradas, bem como as diferentes escalas que as influenciam. Por exemplo, a demanda global por combustíveis fósseis e por grãos é a causa de sérios danos socioculturais e ambientais em regiões particulares do Brasil. Estas são, respectivamente, a restrição das áreas de pesca artesanal (Rougemont& Peres 2012) e a redução de biodiversidade e a expropriação de terra causada por monoculturas na região centro-oeste do Brasil (Pietrafesa& Santos 2014). Nesse sentido, Rauch afirma que a maior parte dos atores locais não tem acesso a ou influências sobre níveis superiores de ação e tomada de decisão política e econômica como mercados regionais competitivos. Assim, políticas de desenvolvimento deveriam sempre considerar todas as escalas e dimensões, ainda que haja uma escala de influência preponderante ou central.

Por exemplo, no caso de acessar fontes de renda para pequenos agricultores em países periféricos, não é suficiente a criação de leis mais justas para o comércio global entre países centrais e periféricos ou facilitar o acesso a mercados nacionais se os agricultores não receberem localmente o suporte técnico e financeiro necessário para torná-los aptos a oferecer produtos competitivos no mercado global ou nacional. Tal suporte deveria vir de governos nacionais e regionais.

Abordagens teóricas

Para um maior aprofundamento no estudo das relações de poder e estratégias territoriais causando injustiça ambiental, utilizei sobretudo as seguintes abordagens teóricas: Ecologia Política, Justiça Ambiental e Governamentalidade. Em comum, as três abordagens teóricas: 1) consideram o papel tanto de estruturas de poder mais amplas como de contextos específicos de ação social e de resistência; 2) reconhecem o papel das instituições e regras bem como o papel dos discursos e do conhecimento na reprodução de relações de poder; 3) oferecem evidência de como políticas de governos e de organismos multilaterais tendem a privilegiar grupos de interesse hegemônicos que utilizam seu poder econômico para promover lobby político.

Ecologia Política

A ecologia política enfatiza a contradição entre discursos e práticas de organizações multilaterais que concentram poder decisório. Enquanto defende-se uma pauta de sustentabilidade, promovem-se medidas econômicas neoliberais que flexibilizam leis ambientais e que inclusive seguem desonerando empresas do setor de energias fósseis. Uma vertente dessa abordagem chama atenção para a financeirização da natureza, mostrando como de modo crescente a versão neoliberal do capitalismo vem incorporando e subordinando, de diferentes formas, a gestão e uso dos recursos naturais à regulação do mercado financeiro (e expropriação por parte deste). Tal processo vem aumentando a dependência da gestão ambiental e das comunidades tradicionais – que dependem dos recursos naturais e de seus territórios para sua reprodução social – às dinâmicas do mercado financeiro internacional (Birch et al. 2010, Carbon Trade Watch 2012, Degrowth 2015, Dara 2012, Fairhead&Sccon 2012, Prieto2009, Rangan&Kull2009, World Bank 2011).

Justiça Ambiental

Os estudos de Justiça ambiental enfatizam estratégias socioespaciais do capital para transferir os custos do crescimento econômico para grupos sociais e étnico-

culturais desprivilegiados, enquanto (crescentemente) logram concentrar benefícios na elite (Acsehrad et al. 2009, Acsehrad et al. 2004, Bullard 2002, Bullard 2005, Capek 1993, Walker & Bulkeley 2006, Zhou 2008). Autores dessa corrente revelam como estes benefícios são espacialmente concentrados não apenas em países do Norte Global, mas também nas áreas rurais, cidades e bairros de países do Sul Global que recebem mais investimento público e menos atividades produtivas poluentes. Atores menos privilegiados não apenas têm menor poder de impedir a instalação de projetos de alto impacto ao seu redor, mas se sujeitos a impactos, têm menor resiliência e menos recursos financeiros para se instalar em lugares mais seguros. Também é enfatizado que o padrão de consumo e modelo de crescimento econômico sem limites gera a superexploração dos recursos naturais e da mão de obra, beneficiando uma minoria da população mundial enquanto transfere sacrifícios à maioria, em especial a grupos racializados e às mulheres.

Governamentalidade

A abordagem da Governamentalidade direciona atenção especialmente ao papel dos valores subjetivos e sua influência na relação das pessoas com instituições, leis, conhecimento legitimado e discursos oficiais. Ao influenciar esta relação, valores influenciam os interesses e práticas de pessoas e grupos sociais. A subjetividade pode operar fazendo com que cidadãos cumpram leis contra seus interesses e fiscalizem seus pares, acreditando serem estas a seu favor e a favor de todos. Tais valores subjetivos são, portanto, alvo de disputa entre grupos que competem para assegurar que valores que correspondam a seus interesses sejam difundidos e recebam visibilidade e aceitação pública, e para que a proteção legal de tais interesses, através da lei e de políticas públicas, receba legitimidade. Um exemplo é o valor historicamente excessivo conferido pela legislação brasileira à propriedade privada em comparação com o direito de uso comum de terras ancestralmente ocupadas e o direito de posse adversa (ou uso capião) (Entrevista com Francisco Eliton Albuquerque Meneses, Defensor Público de Aracati, 07.11.2013).

As três abordagens acima citadas vêm construindo uma visão crítica comum ao modelo hegemônico vigente. Por um lado, políticas corporativas de empresas eólicas e o discurso de organizações multilaterais e de agências ambientais difundem uma abordagem apolítica da crise ambiental mundial, como um desafio global afetando a todos igualmente. Critica-se ainda que, segundo o discurso hegemônico o desafio deveria ser solucionado pela economia verde, que se baseia em: a) uma visão economicista do desenvolvimento sustentável; b) um excesso de confiança nas técnicas por si só como solução; c) uma falta de reconhecimento da contribuição diferenciada de grupos e países na geração da crise, portanto da responsabilidade diferenciada na sua solução.

Movimentos sociais, ONGs, parte da mídia e pesquisadores acadêmicos críticos chamam atenção para o fato de que: a lógica do crescimento do modelo econômico vigente está causando danos ambientais e desigualdades entre classes, grupos étnico-culturais e gêneros. Este mesmo modelo sugere uma via de compensação que, em vez de propor modos de produção alternativos e modos de vida visando maior respeito por princípios de justiça ambiental e pelos limites da natureza, utiliza estratégias neoliberais para assegurar a concentração do capital.

Grupos não hegemônicos têm resistido a este modelo que muitas vezes é descrito como modelo de econômico de crescimento “a todo custo”, apontando suas contradições e limites. Ainda, vem sendo construída uma pauta de defesa por exemplo, de políticas públicas de suporte a sistemas agroecológicos de produção de alimentos (Food and Agriculture Organization of the United Nations 2013, Vezzali 2006), de suporte a modelos descentralizados de produção de energias renováveis com suporte a cooperativas e sistemas de gestão comunitária (Cumbers 2013, Windem powerment 2015, Yansa 2015). Adicionalmente, defende-se, por exemplo, maior reconhecimento por instituições públicas dos direitos de comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais ao acesso à titulação de terras; a maior visibilidade e reconhecimento dos seus saberes nos relatórios de impacto ambiental; a maior poder

decisório em licenciamentos de projetos que os afetem; a projetos educacionais diferenciados (Ex: Pronera) etc.

Atualmente, apesar de avanços na legislação brasileira sobretudo a partir da Constituição de 1988, o poder de grupos desprivilegiados de garantir direitos, visibilidade, participação e suporte é extremamente limitado, vide aumento crescente de conflitos no campo incluindo invasões, perseguições e morte de ativistas e defensores de direitos humanos como retratam anualmente os relatos da Comissão Pastoral da Terra e parte da mídia (CPT 2014, Merlino & Mendonça 2012).

Modelo de Entrevista Narrativa

Visando maior aprofundamento na análise das relações de poder de acordo com a Governamentalidade, adotei durante o trabalho de campo, o modelo de entrevista semiestruturada, e de entrevistas narrativas. Alinhada com a perspectiva construtivista aqui anteriormente apresentada, minha análise buscou relacionar o papel da dimensão subjetiva do poder ao papel das estruturas socioculturais, políticas e econômicas definidas por exemplo por políticas econômicas do governo Federal.

Baseada na abordagem construtivista aqui trazida, compreendo que as escolhas do pesquisador e a interpretação da literatura e dos dados foram influenciadas pela minha trajetória acadêmica e guiada pelas questões e objetivos traçados (e redesenhados ao longo da pesquisa). Nesse sentido também, assume-se aqui que documentos analisados e entrevistas são historicamente situados, com significados que não são fechados. São sim processos que devem ser compreendidos dentro do contexto das práticas que dão sentido às palavras, e processos históricos e sociais que constroem discursos (Bourdieu 1972; Bourdieu 1980; Demazière & Dubar 2009).

Os documentos e dados oficiais sempre foram analisados em seu contexto histórico, identificando quem o produziu, onde, e com que finalidade. Nos textos de tais documentos identificamos discursos, aqui entendidos como estratégias de poder que visam (conscientemente ou inconscientemente) justificar práticas e políticas (Agrawal 2006; Watts & Peet 2006a).

Quanto às entrevistas narrativas centradas nos sujeitos, as palavras das pessoas são consideradas com fontes relevantes de conhecimento para a compreensão de fenômenos sociais (Demazière e Dubar 2009). Através da fala, pessoas produzem, e às vezes tornam—se conscientes, de várias concepções acerca de si, da sociedade e do mundo. As palavras relatam práticas, porém não são transparentes ou autoexplicativas, mas sim uma construção complexa de significados. Demazière e Dubar (2009) sugerem um método qualitativo de entrevista, baseado na análise semiológica de narrativas, que visa interpretar o discurso do entrevistado acerca do problema em questão.

Buscando compreender o argumento central do entrevistado, o pesquisador irá tentar identificar os atores centrais mencionados, os conflitos, as estratégias de solução de conflitos, as justificativas do entrevistado para suas ações, valores subjetivos vinculados a atores citados e a instituições citadas, a periodização e espacialização dos conflitos etc. É a primeira etapa. Uma posterior comparação entre entrevistas, segundo grupos de entrevistados, permite a criação de categorias de análise, classificação de atores em grupos e reinterpretação do problema estudado etc.

No entanto Demazière e Dubar alertam para dois fatos importantes: o fato de que as interpretações não são verdades objetivas, mas sim transitórias interpretações; o fato de que o que se busca não são histórias psicológicas individuais, mas sim visões de mundo socialmente compartilhadas que afetam práticas sociais. Ainda de acordo os mesmos autores, as estruturas de significados presentes nas entrevistas são vistas como expressão de padrões sociais. Por fim, deve haver uma relação de respeito à fala do entrevistado e transparência do entrevistador quanto a seus objetivos.

As entrevistas continham uma parte estruturada e uma parte aberta. O foco era conhecer a experiência de cada entrevistado (e de seu grupo de interesse) acerca de relações de poder vigentes na comunidade, identificar os grupos de interesse que eles consideram importantes, sua relação com o território, sua interpretação da ideia de desenvolvimento sustentável; sua descrição dos impactos, perdas e danos nas diferentes fases de implementação do parque, entre outros pontos.

Foram realizadas 76 entrevistas considerando todos os grupos de interesse identificados. Na comunidade do Cumbe, visei respeitar um equilíbrio de grupos de idade, gênero, profissão e localização da moradia. Entrevistas chave com representantes do BNDES, da empresa responsável pelo parque, CPFL, da empresa responsável pelas turbinas, SUZILON, Técnicos das empresas de consultoria responsáveis pelos relatórios de impacto ambiental, empregados em diferentes cargos no parque, além de funcionários de agências de fiscalização ambiental de governo, também foram incluídas. As entrevistas eram gravadas, e sempre que possível transcritas e analisadas no mesmo dia.

Observação participativa

Apesar da abordagem construtivista, busquei autores que me ajudassem a organizar a observação das práticas sociais e territoriais em campo. As contribuições de etnografias sobre observação participativa foram base para o trabalho de campo (Becker 1958; Crang and Cook 2007; Lüders 2005). Ainda que não houvesse pretensão de participação efetiva e total familiaridade com as práticas sociais observadas, tais contribuições me ajudaram a refletir sobre as práticas de campo. Lüders (2005) assume que a distância entre observador e observado é inevitável e propõe estágios de observação. Assim, meu trabalho de campo envolveu três estágios:

1º. A clara definição das hipóteses, objetivos e questões; levando à definição dos grupos a serem entrevistados e dos roteiros de entrevista.

2º. Uma apresentação padrão ao entrevistado, com consciência de que minha presença afetaria sua fala e comportamento. Ainda a tentativa de observar as práticas dos atores e de anotá-las. Manter-se aberto ao surgimento de novos elementos que pudessem modificar os objetivos da pesquisa.

De acordo com Crang & Cook (2007), algumas perguntas importantes que o pesquisador deve se fazer são: Quem estava presente no momento da observação. O que eu os vi fazendo e sobre o que os ouvi falar? Como eles pareciam interagir entre si (havia relação de subordinação, de familiaridade etc.). Considerando minha participação

em interações nesse cenário, outras perguntas deveriam ser: Quem me apresentou a quem? Como descreveram o propósito do que eu estava fazendo?

Cabe ressaltar que durante o campo me hospedei na casa de uma família que apoia o grupo de resistência ao parque eólico, e com quem estabeleci relação de grande proximidade. Para evitar interpretações minhas demasiadamente tendenciosas, bem como grande uma diferença em relação a outros entrevistados com os quais tinha relações distantes, não entrevistei membros desta família.

3º. A 3ª parte, ocorre a posteriori, e deve ser uma reflexão do pesquisador sobre sua experiência e sobre como relacionar práticas e discursos observados aos conceitos e abordagens teóricas utilizados na pesquisa. Uma pergunta chave sugerida por estes autores foi: “Quais eram minhas impressões iniciais e como elas se modificaram” (Crang & Cook 2007)? No caso do Cumbe, não esperava encontrar divisões internas à comunidade no conflito, nem uma periodização do processo tão definida, entre outros aspectos.

ALGUNS RESULTADOS

Utilizamos o modelo interpretativo da Governamentalidade para analisar a contribuição do parque eólico na promoção da justiça ambiental. O objetivo central aqui era identificar como a produção de: a. Regras/políticas/instituições; b. Conhecimento/discursos; c. Subjetividades, estão correlacionadas; agindo em múltiplas escalas e contribuindo para a concentração de poder sobre recursos na comunidade do estudo de caso. Devido aos limites de um artigo, muitos resultados e causas de impactos relativas ao processo de financiamento e licenciamento, por exemplo, não poderão ser aqui tratados. Na escala global por exemplo, o financiamento de parques eólicos no Nordeste foi estimulado pela ONU através do mercado de carbono, que conferiu títulos de carbono a projetos eólicos brasileiros, que em vez de contribuir para o desenvolvimento causaram graves impactos a ecossistemas de contenção da mudança climática (sem que haja controle na escala local).

A análise da Governamentalidade do setor eólico na comunidade do Cumbe diferencia três estágios do tempo, referindo-se a diferentes “governamentalidades” – aqui entendidas como configurações de poder. Tais configurações são contestadas e, portanto, processos inacabados; incluem regras formais e informais e grupos de poder desigual; manifestam-se no espaço, definindo assim territórios (que por sua vez são também contestados). Os três estágios ou fases eram visíveis nas narrativas das entrevistas com moradores, bem como com representantes da empresa e do governo, e confirmavam-se na bibliografia e documentos levantados.

A análise foi inspirada no trabalho de Arun Agrawal (2007) sobre políticas ambientais na Índia, que traz a noção de “governamentalidades temporárias”. Ou seja, contextos em que configurações de poder sofrem mudanças relativamente rápidas e sucessivas devido à fragilidade de certos grupos. Tais grupos encontram dificuldade em tornar suas regras, valores e interesses presentes e visíveis de modo mais permanente no território. Sendo assim uma configuração de poder cede a uma nova, até que um poder maior consiga estabelecer condições mais sólidas de seu domínio sobre o território (caso da atual presença da empresa eólica no Cumbe). Em cada estágio do conflito no processo de instalação do parque eólico no estudo de caso, foram analisados de maneira correlacionada os seguintes elementos relevantes:

1. Estratégias de poder:
a. Criação de leis, políticas e instituições e regras formais e informais;
b. Produção de discursos e conhecimento;
c. Produção e disseminação de valores subjetivos.
2. Fase de instalação de um parque eólico:
a. Planejamento
b. Regulação
c. Financiamento
d. Licenciamento Ambiental (Prévio e de Operação)
e. Inspeção Ambiental.
3. Grupos de interesse
a. Moradores da comunidade (incluindo grupos de apoio ao projeto como

funcionários do parque e de resistência ao parque eólico como pescadores e marisqueiras) bem como seus grupos de suporte (movimentos sociais, ONGS, Defensoria Pública, Rede Nacional de Advogados Populares etc.);
b. Empresas eólicas (de gestão do parque e de produção de turbinas);
c. Órgãos do governo de gestão e fiscalização ambiental, de planejamento econômico, de apoio à pesca, de assistência social (nacionais, estaduais e municipais) etc.
4. Escala
a. Escala Global;
b. Escala Nacional;
c. Escala Regional;
d. Escala local.
5. Dimensão do desenvolvimento sustentável sendo afetada:
a. Econômica;
b. Política;
c. Sociocultural;
d. Ambiental.

Assim, tentamos identificar estratégias de poder, ao longo das diferentes fases de implementação do parque eólico, os grupos de interesse favorecidos e desfavorecidos e suas escalas de atuação; a dimensão do desenvolvimento sustentável sendo promovida ou desrespeitada (em cada estratégia de poder identificada no território a partir da observação, entrevistas e levantamento bibliográfico e de dados secundários).

Foram realizadas sucessivas tentativas de confrontar as abordagens teóricas e os conceitos, de um lado, com a análise de dados primários (entrevistas e registros de campo) e secundários (relatórios estatísticos etc.), de outro. Visava-se testar a pertinência da questão central, das abordagens teóricas, do conceito-chave (território), bem como visava-se responder as questões da pesquisa ou reformulá-las.

Primeiro estágio – o anúncio do parque eólico e a expectativa do progresso.

O primeiro estágio ocorre antes da instalação dos parques e revela maior consenso no interior da comunidade (a favor da instalação do parque). Nas audiências públicas questionamentos dos pescadores e demais trabalhadores são levantados e o discurso do progresso, a promessa de empregos e da energia limpa ganha grande adesão na comunidade. O relatório técnico, que em teoria ficava disponível para consulta antes

da audiência, requeria acesso um bom acesso à internet bem como domínio de uma linguagem técnica, dificultando real avaliação de impactos pela comunidade.

Na verdade, o projeto parecia “considerar um espaço vazio” pois os impactos que se sucedem à instalação tanto sobre ecossistemas frágeis como sobre comunidades que tradicionalmente ocupam o território foram inúmeros (Ambiente Brasil 2009, CRESEB 2001). Os relatórios de impacto ambiental analisados muitas vezes não incluíam zonas de pesca no mar e rotas de acesso nas dunas, áreas de práticas religiosas da comunidade, áreas de pesca no mangue etc. Promessas de construção de uma sede para posto de saúde e renovação da escola são vistas como boas moedas de troca diante da ausência do poder público que deveria garantir tais obras, e da impossibilidade de prever impactos e perdas futuras maiores.

Segundo estágio – Protestos

Este estágio ocorre durante as obras de instalação da empresa, culminando com um protesto que recebeu amplo apoio de diferentes grupos da comunidade do Cumbe, bem como de movimentos sociais, ONGs e pesquisadores. Diante dos impactos produzidos, um novo discurso com novos valores simbólicos será produzido - de desconstrução da ideia de “energia limpa” e da sua sustentabilidade”, como vemos na figura 3, à esquerda.



Figura 2 - www.quilombodocumbe.com.br



Figura 3 - Fonte: Santos, Alice N G. 2015.

É uma fase que também revela maior consenso no interior da comunidade contra o modo como ocorre instalação do parque. Empregos durante a obra foram temporários,

em menor número e por valores menores que os prometidos. Cursos de capacitação eram pagos e com poucas vagas. A via central da comunidade foi danificada e somente a parte final que liga a sede da empresa ao parque foi restaurada. Casas, prédios públicos e vias de acesso foram danificadas. Um excesso de trabalhadores qualificados de fora da comunidade foram empregados e superlotaram a cidade em algumas fases do projeto. Acordos para concessão de passagem de linhas de transmissão eram feitos sem controle externo, e diversos moradores sem conhecimento de seus direitos assinaram acordos injustos enquanto uma minoria proprietária de muitas terras obteve grande lucro.

Caminhos utilizados por pescadores artesanais para chegar ao mar são fechados por cercas e controlados por guaritas, como vemos na imagem acima à direita (figura 4). Áreas de lazer de uso coletivo como dunas e lagoas foram cercadas e vigiadas por guardas e vias de acesso foram fechadas. Parte dos moradores mais prejudicados articula-se com grupos de pesquisa acadêmicos, movimentos sociais e ONGs e novas interpretações e discursos a respeito do parque são produzidos, questionando o discurso da “energia limpa” e do “progresso”.

O protesto redefiniu a organização do território, criando uma barricada com cartazes críticos, transferindo (ainda que temporariamente) para a comunidade a decisão sobre a entrada ou não de pessoas e viaturas na comunidade. As obras paralisam, pois, material e funcionários não conseguem acessar o parque. Uma pauta de reivindicações é apresentada e órgãos públicos de mediação como Ministério Público bem como a Mídia se fazem presentes. A empresa acaba conseguindo anular o embargo às obras e estas seguem.

Terceiro estágio – atual fase de divisão da comunidade.

A terceira e atual fase inicia-se com a implementação das chamadas “políticas compensatórias” e “de boa vizinhança” promovidas pela empresa (produzindo conflitos internos importantes no interior da comunidade). Indenizações, políticas compensatórias em forma de cursos de capacitação por exemplo, e acordos são realizados seletivamente

- segundo critérios não democráticos definidos pela agência de relacionamento local da empresa (não por órgãos do governo).

O mecanismo adotado privilegia quem já foi mais privilegiado na instalação do parque e, portanto, não critica a empresa (empregados do parque e seus familiares que dependem dessa fonte de renda, donos de terras que receberam largas concessões de uso ou renda da venda de parte delas, donos de comércio local, como pousadas e restaurantes que viram suas vendas aumentarem etc.). Verificou-se que grupos que já possuíam maior renda foram privilegiados tanto na implementação como no funcionamento do parque, o que reforçou desigualdades sociais. Pescadores, marisqueiras e vendedores de barraca na praia tiveram seus meios de vida diretamente e negativamente impactados. Os que esperavam empregos foram surpresos por vagas temporárias e mal remuneradas para trabalhos exaustivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traz uma proposta teórico-metodológica de abordagem de conflitos territoriais relativos ao meio ambiente em geral e a impactos de projetos de energia eólica em particular. Ele identifica principais atores, seus interesses, impactos e estratégias de poder no território em questão - analisados segundo diferentes escalas geográficas. Apresentamos um modelo de análise, com base em um estudo de caso no litoral Ceará que envolveu levantamento bibliográfico, levantamento de dados primários e secundários, trabalho de campo com procedimentos da observação participativa, entrevistas e análise semiológica de entrevistas narrativas.

Sua relevância é devida ao crescente investimento no setor, sob forte financiamento público voltado para grandes investidores e produção centralizada em larga escala. A promessa nas comunidades e para a sociedade em geral é de progresso acompanhada do discurso do desenvolvimento sustentável. Na prática são casos sucessivos de injustiça ambiental, violação de direitos constitucionais e convenções

internacionais como da OIT e dos princípios da ONU para o desenvolvimento sustentável.

Compreende-se aqui que o termo justiça ambiental tornou-se difundido nos discursos oficiais de agências do governo, empresa e organismos multilaterais, sendo muitas vezes aplicado de modo vago e acrítico, inclusive justificando projetos de alto impacto socioambiental. Nesse sentido, sugere-se como base teórica, um diálogo entre as abordagens da justiça ambiental, da ecologia política e da Governamentalidade para tratar do meio ambiente e relações desiguais de poder entre grupos sociais e étnico-culturais (bem como entre territórios) - na definição das “regras do jogo” e no acesso aos recursos.

Alguns resultados centrais da pesquisa aqui discutida (elaborada no âmbito de um doutorado em Geografia Humana) foram apresentados, como por exemplo, a leitura de “governamentalidades temporárias” na comunidade do estudo de caso. Esse processo de sucessivas configurações de poder em um território, alternando-se num período relativamente curto de tempo, é analisado como reflexo de diversos fatores. Há falhas perpassando desde o financiamento dos parques até fiscalização das obras e do funcionamento das turbinas, incluindo diferentes atores em diferentes escalas, e dimensões tanto políticas e econômicas, como culturais e socioambientais que não puderam ser todas aqui discutidas.

Porém ressaltamos o papel sobretudo de falhas na estrutura agrária brasileira e a dificuldade no reconhecimento de territórios de uso coletivo de comunidades tradicionais (deixando-as sujeitas a terem seu território expropriado para exploração de recursos naturais); uma enorme desigualdade de poder entre comunidades afetadas já vivendo em condições de negação de direitos sociais de um lado, e o poder do lobby das empresas junto ao governo nacional e estadual, bem como suas práticas de “boa vizinhança” oferecendo benefício a grupos específicos dividindo as comunidades, visando reduzir movimentos de resistência local. É importante ressaltar que uma mudança de matriz energética que se retire das fontes de energia fósseis e nucleares é urgente, mas não pode ser implementada a partir de políticas que desconsideram a

diversidade de interesses e a correlação de forças desigual do campo brasileiro, onde tais projetos serão instalados.

REFERÊNCIA

Acselrad, H, Mello, CCDA & Bezerra, GDN. **O Que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

Acselrad, H., Herculano, S. & Pádua J. A. (eds). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: RelumeDumara, 2004.

Agrawal, Arun Agrawal. **Environmentality. Technologies of Government and the Making of Subjects**. New Delhi: Oxford Press, 2006.

Alcântara, A., A Energia Eólica no Estado do Ceará – A Farsa da Energia Limpa ou da (Im)Prescindibilidade de EIA/RIMA em Zona Costeira. In: **Anais do XVII Congresso Nacional do Ministério Público**. Porto Alegre, 2009, pp. 79-85.

Baxter, J. Case Studies in Qualitative Research in Qualitative Research Methods In: **Human Geography**. Ontario: Oxford Univ. Press, 2010, pp. 81- 98.

Birch, K; Levidow, L; Papaioannou, T. Sustainable Capital? The Neoliberalization of Nature and Knowledge, **Sustainability**, 2010. 2(9), pp. 2898-2918.

Bourdieu, P. **Esquisse d'une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Études D'Éthnologie Kabyle**. Genève: Droz, 1972.

Bourdieu, P. **Le Sens Pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

Brasil, C. I. do. Setor de Energia Eólica Vai Investir R\$ 15 Bilhões em 2014, **Agência Brasil**, 31 Ago. 2014.

Brown, K.B., Wind Power in Northeastern Brazil: Local Burdens, Regional Benefits and Growing Opposition, **Climate and Development**, 2011, 3:4, pp. 344-360.

Bruno, R. O Estatuto da Terra: Entre a Conciliação e o Confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5 Nov. 1995, pp. 5-31. Disponível em: [Http://R1.Ufrj.br/Esa/V2/Ojs/Index.Php/Esa/Article/Viewfile/80/76](http://R1.Ufrj.br/Esa/V2/Ojs/Index.Php/Esa/Article/Viewfile/80/76). Acesso em: 04 Jan. 2015.

Bullard, R. D. & Smith, D. Global Poverty, Pollution, and Public Health: Threats to World Security. **Second National People of Color Environmental Leadership Summit Resource Paper**. 2002. Disponível em: [Http://Www.Summit2.Org/](http://Www.Summit2.Org/). Acesso em: 14 January 2014.

Bullard, R. D. Environmental Justice in the 21st Century. **Environmental Justice Resource Center**. 2005. Disponível em: <http://www.ejnet.org/ej/>. Acesso em: 14 Jan. 2014.

Capek S. The "Environmental Justice" Frame: A Conceptual Discussion and an Application. **Social Problems**. 1993. Vol. 40, No. 1, pp. 5-24.

Carbon Trade Watch. Plantations Are No Forest. **Carbon Trade Watch**. 21 Set. 2012.

- Costa, C. **Políticas de Promoção de Fontes Novas e Renováveis para Geração de Energia Elétrica: Lições da Experiência Europeia para o Caso Brasileiro**. 2006. Tese. Doutorado em Engenharia, Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Crang, M & Cook, I. Participant Observation. In: Crang M & Cook I, **Doing Ethnographies**. London: Sage Editor, 2007.
- CRESEB. **Atlas do Potencial Eólico Brasileiro**. Introdução. Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio Brito. 2001. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicações/download/atlas_eolico/atlas_introdução. Acesso em: 12 Jan 2012.
- Cruz, V. D. C. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: Uma Nova Gramática das Lutas Sociais. In: Ascelrad, H. (org.). **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: Ippur/Ufrj, 2013. pp.119-176.
- Cumbers, A. **Making Space for Economic Democracy: The Danish Wind Power Revolution**. UNRISD. 08 March 2013. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/newsview.nsf/\(httpnews\)/ffacf446c9cee717c1257b2800527248?opendocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/newsview.nsf/(httpnews)/ffacf446c9cee717c1257b2800527248?opendocument). Acesso em: 17 January 2014.
- Dara. **Climate Vulnerability Monitor. A Guide to the Cold Calculus of a Hot Planet**. Climate Vulnerable Forum. Dara. 2012.
- Degrowth. **Degrowth Short Story**. 2015. Disponível em: <http://www.degrowth.org/short-history>. Acesso em: 7 Jan. 2015.
- Delgado. A Questão Agrária No Brasil, 1950-2003. In: Jaccoud, L. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005, pp. 51-90.
- Demazière D, Dubar C. **Analyser les Entretiens Biographiques**. Québec: Les Presses de L'Université de Laval, 2009.
- Fairhead, J, Leach, M & Scoon, I. Green Grabbing: A New Appropriation Of Nature? **The Journal of Peasant Studies**. London: Routledge, 2012.
- Fernandes, B. M. **Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária: O Debate Paradigmático e o Conhecimento Geográfico**. 2013. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Agricultura Familiar é a Chave para a Segurança Alimentar da América Latina e Caribe**. 2013. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/>. Acesso em: 12 Jun. 2014.
- Fórum Nacional Eólico. **Carta Dos Ventos**. 2009. Disponível em: <http://www.viexamericas.com/fne/site/html/propostas.php>. Acesso em: 10 Jun. 2014.
- Foucault, M. **La gouvernementalité, Dits Écrits Tome III**, texte N. 239. 1978. Disponível em: <http://libertaire.free.fr/MFoucault136.html>. Acesso em: 18 December 2014.
- Gadelha, R. M. A. Lei De Terras (1850) e a Abolição da Escravidão. Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do Século XIX, **Revista de História**. N.12. São Paulo: USP, 1989.
- Girardi E. P. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária**

- Brasileira**.2008. Tese De Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- Glass V. Agricultura em Família. **Ipea, Desafios do Desenvolvimento**. Ano 8. Edição 66, 2011.
- Guba, E. G.& Lincoln, Y.S. Competing Paradigms in Qualitative Research.In:**Handbook of Qualitative Research**. Denzin, N. K.& Y. S. Lincoln (eds.). Sage,1994. pp. 105-117.
- Heynen, N.& Robbins, P. The Neoliberalization of Nature: Governance, Privatization, Enclosure and Valuation. **Capitalism, Nature, Society**, Vol. 1, Issue 1,2005. pp. 5-8.
- Holston, J. Legalizando o Ilegal: Propriedade e Usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.8, N.21, São Paulo.1993. pp.1-21.
- Howard, B. S. Problems of Inference and Proof in Participant Observation.**American Sociological Review**. Vol. 23, No. 6,1958. pp. 652-660.
- Ideas. Entrevista Com Alexandre Anderson.**Revista Ideas**, V. 7, N. Especial, 2013, pp. 343-375.
- Lage, A. C.**Administração Pública Orientada para o Desenvolvimento Sustentável**. 2001. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas.
- Lage, E &Processi, L. Panorama do Setor de Energia Eólica.**Revista BNDES**, N. 39, Junho, 2013. pp. 183-206.
- Lima, M. D.C. Pesca Artesanal, Carcinicultura e Geração de Energia Eólica na Zona Costeira do Ceará.**Revista Terra Livre**, AGB, N.31,2009, pp. 1-16.
- Meireles, A. J. D. A., Danos Socioambientais Originados pelas Usinas Eólicas nos Campo de Dunas do Nordeste Brasileiro e Critérios para Definição de Alternativas Locacionais. **Confin**, N. 11. 2011. Disponível em: [Http://Confin.Revues.Org/6970](http://Confin.Revues.Org/6970). Acesso em: 11 Març. 2011.
- Merlino, T & Mendonça, M. (eds). **Direitos Humanos No Brasil. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos,São Paulo, 2012.
- Merrill, M. Uma Entrevista com E. P. Thompson. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 1976, pp. 417-445.
- Milanez, B. Modernização Ecológica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora, N. 20, UFPR, Curitiba, 2009. pp. 77-89.
- Mol, A. The Environmental Movement In an Era of Ecological Modernization, **Geoforum**, 31, Wageningen University, 2000, pp.45-56.
- Pachioni, A. P. Movidos Pelo Vento? Desenvolvimento Sustentável e Justiça Ambiental em Contextos de Projetos de Energia Eólica em Comunidades Costeiras no Ceará. **Anais do 37o Encontro da Anpocs, ST 9**, Águas de Lindóia, 2013. pp. 1-28.
- Pietrafesa, J. P.& Santos, J.M.D. Créditos de Carbono e a Internacionalização do Etanol na Região de Cerrado, Campo-Território: *Revista de Geografia Agrária*, V. 9, N. 17, 2014. pp. 515-539.
- Pires, MJDS & Ramos, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil.**Revista Econômica do Nordeste**. V. 40, N. 3, 2009. pp. 411-424.

- Pitta F. T.& Mendonça M. L. O Capital Financeiro e a Especulação com Terras no Brasil'. **Mural Internacional**, V. 5, N. 1. 2014. pp. 46-55.
- Portal do Mar 2012, **Parques de Energia Eólica, Conflitos e Injustiças Ambientais na Zona Costeira. Carta das Comunidades e Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <http://www.Portaldomar.Org.Br/Blog/Portaldomar-Blog/Categoria/Destaque2/Parques-De-Energia-Eolica-Conflitos-E-Injusticas-Ambientais-Na-Zona-CosteiraCarta-Das-Comunidades-E-Organizacoes-Da-Sociedade-Civil>. Acesso em: 02 Fev. 2013.
- Porto-Gonçalves, C. W.&Cuin, D. P. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil. Expropriação, Violência e R-Existência. In: Pavel C. & Guerreiro, L. (eds.). **Pueblos Originarios En Lucha Por Las Autonomías: Experiencias y Desafíos En América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Buenos Aires: CLACSO, 2016, pp. 241–273.
- Prieto, P. Cambio Climático y Energías Renovables. **Ecología Política**, N. 39, Barcelona, 2009. pp. 73-82.
- Quilombo do Cumbe 2009. **Relatório das Eólicas No Cumbe – Aracati – Ce, Setembro**, Comunidade Sítio Cumbe Blogspot. Disponível em: <http://Quilombodocumbe.Blogspot.Com.Br/2009/10/Relatorio-Das-Eolicas-NoCumbe.Html>. Acesso em: 07 July 2012.
- Quintans, M. A Constituição Federal de 1988 e as Interpretações Judiciais: Permanência ou Mudança na Interpretação sobre o Direito de Propriedade no Brasil?, **Anais do XIII Encontro de História ANPUH**, Rio de Janeiro, 2008. pp. 1-14.
- Rangan, H & Kull, CA 2009, What Makes Ecology Political? Rethinking Scale in Political Ecology. **Progress in Human Geography**, V. 33, N. 1, pp.28-45.
- Rauch, T. **Entwicklungspolitik - das Geographische Seminar**. Braunschweig, Westermann, 2009.
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental 2014, **Carta do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Belo Horizonte: RBJA, 2014.
- Rutherford, S. Green Governmentality: Insights and Opportunities in the Study of Nature's Rule. **Progress in Human Geography**. 2007, pp. 291-307.
- Silveira, Evanildo da. O pouco conhecido impacto negativo da energia eólica no Nordeste. **BBC News Brasil**. São Paulo. 06 Out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858734> Acesso em: 30 Julh. 2021.
- Thiry-Cherques, H. R. **Pierre Bourdieu: A Teoria na Prática**. V. 40, N. 1, Rio De Janeiro: RAP, 2006. pp. 27-55.
- United Nations. **UN Conference on Environment and Development 1992**. 23 Mai. 1997. Disponível em: <http://www.Un.Org/Geninfo/Bp/Enviro.Html>. Acesso em: 12 January 2012.
- Vezzali, F. Agricultura Familiar Gera Empregos mas Recebe Pouco Recurso. **Repórter Brasil**. 10 Ago. 2006. Disponível em: <http://Reporterbrasil.Org.Br/2006/08/Agricultura-FamiliarGera-Empregos-Mas-Recebe-Pouco-Recurso/>. Acesso em: 19 Dez. 2014.
- Vigna, E. Bancada Ruralista. Um Grupo De Interesse. **Argumento**, N. 8. Brasília: INESC, 2001. pp. 01-52.
- Walker, G. P.& Bulkeley, H. Geographies of Environmental Justice. **Geoforum**, 2006. V. 37, N. 5, pp. 655-659.

- Watts, M & Peet, R. Liberating Political Ecology. In: Watts & Peet (eds). **Liberation Ecologies**, London: Routledge, 2006. pp. 3-43.
- Weiss, G. Konflikte um Anlagen zur Energieerzeugung im Licht der Regulationstheorie. In: Schüssler (org.) **Geographische Energieforschung**. 2010.
- Willis, J. W. **Foundations of Qualitative Research - Interpretive and Critical approaches**. California: Sage Publications, 2007.
- Windempowerment. **About Windempowerment**. Windempowerment. 2015. Disponível em: www.windempowerment.org/about-we/. Acesso em 8 Jan. 2015.
- World Bank. **Rising Global Interest In Farmland. Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits?** Washington DC. 2011.
- Wright, P. Contribuição ao Aprofundamento da Análise das Relações de Produção na Agricultura Brasileira – 1971. In: Stédile, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil. O Debate na esquerda, 1960-1980**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. pp. 107- 126.
- Yansa. **Ixtepec**. Yansa. 2015. Disponível em: [Http://www.yansa.org/Wind/Ixtepec-Project/](http://www.yansa.org/Wind/Ixtepec-Project/). Acesso em: 9 Fev. 2015.
- Zhour, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 23, N. 68, 2008, pp. 97-10.
-

Alice Nataraja Garcia Santos

Doutorado em Geografia na Universidade de Tuebingen. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de Geografia da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Email: alicenataraja@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1237-8401>

Artigo recebido em 29/05/2021 e aceito em 12/08/2021